



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 2699/2025  
Data: 05/11/2025 - Horário: 13:24  
Legislativo

**PROJETO DE LEI Nº /2025**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE ALAGOAS A ADERIR AO CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE COOPERAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA – “CONSÓRCIO DA PAZ”, A FIRMAR O RESPECTIVO PROTOCOLO DE INTENÇÕES E DEMAIS INSTRUMENTOS CORRELATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo do Estado de Alagoas autorizado a aderir ao Consórcio Interestadual de Cooperação em Segurança Pública – “Consórcio da Paz”, podendo, para tanto, firmar e subscrever o Protocolo de Intenções, o Contrato de Consórcio Público, os Contratos de Rateio e Contratos de Programa, além de convênios, acordos e demais ajustes necessários à efetivação da cooperação interfederativa, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e do Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

§ 1º A adesão de que trata o caput compreende, entre outras finalidades, a integração de inteligência, o planejamento e a execução de operações coordenadas, a padronização de protocolos, a capacitação conjunta e as aquisições compartilhadas de bens e serviços voltados à segurança pública.

§ 2º O Poder Executivo poderá designar representantes junto aos órgãos de governança do Consórcio, bem como instituir unidade administrativa para acompanhamento, execução e prestação de contas das obrigações assumidas.

**Art. 2º** O Protocolo de Intenções a ser firmado pelo Estado de Alagoas deverá ser encaminhado à Assembleia Legislativa para ratificação por lei, na forma do art. 3º da Lei nº 11.107/2005.

*Parágrafo Único.* O encaminhamento de que trata o caput ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da assinatura do Protocolo de Intenções, acompanhado de exposição de motivos e estimativa de impacto orçamentário-financeiro das obrigações de curto e médio prazos.





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

**Art. 3º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, podendo ser suplementadas se necessário, nos termos da legislação aplicável, inclusive por meio de contratos de rateio firmados com o Consórcio.

§ 1º O Poder Executivo poderá promover remanejamentos, transposições e transferências necessários à execução das ações decorrentes da adesão, observadas a Lei de Responsabilidade Fiscal e as diretrizes da LDO/LOA.

§ 2º As obrigações financeiras assumidas por meio de contrato de rateio observarão estritamente os limites legais, as metas fiscais e as normas dos Tribunais de Contas competentes.

**Art. 4º** O Poder Executivo publicará, no Portal da Transparência do Estado de Alagoas, em seção específica, os instrumentos firmados (Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio, Contratos de Rateio e de Programa, convênios e congêneres), bem como relatórios anuais de resultados, contendo, no mínimo, indicadores de desempenho, metas e execução financeira.

**Art. 5º** Ficam assegurados o controle interno e o controle externo (Tribunal de Contas do Estado), sem prejuízo das competências dos órgãos de controle do Consórcio e dos demais entes consorciados.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,                      de                      de 2025.

  
**Delegado Leonam**  
DEPUTADO ESTADUAL





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

---

**JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei visa autorizar o Poder Executivo a aderir ao Consórcio Interestadual de Cooperação em Segurança Pública – “Consórcio da Paz”, arranjo cooperativo que se estrutura com base na Lei Federal nº 11.107/2005 e no Decreto Federal nº 6.017/2007, diplomas que regulam os consórcios públicos.

A adesão permitirá a integração de inteligência, o planejamento e a execução de operações coordenadas e aquisições compartilhadas de tecnologias, equipamentos e serviços, reduzindo custos, ampliando a eficiência e aumentando a capacidade operacional do Estado de Alagoas no enfrentamento ao crime organizado e às organizações criminosas interestaduais.

A proposta respeita o rito legal dos consórcios públicos, ao prever que o Protocolo de Intenções firmado pelo Executivo seja submetido à ratificação por lei por esta Casa, garantindo segurança jurídica, transparência, controle e participação do Parlamento. Ademais, estabelece publicidade ativa dos instrumentos e relatórios anuais de resultados no Portal da Transparência, assegurando fiscalização pela sociedade e pelos órgãos de controle.

Diante da urgência e relevância da matéria para a proteção da vida, da ordem pública e do patrimônio dos alagoanos, contamos com o apoio e a aprovação deste Plenário.

Sala das sessões,                      de                      de 2025.

**Delegado Leonam**  
DEPUTADO ESTADUAL